



Eleições parlamentares

Centro-direita vence eleição acirrada em Portugal; ultradireita avança

— Coalizão liderada por Luís Montenegro precisa negociar para formar governo; partido Chega!, de extrema direita, confirma crescimento e fica em terceiro lugar

LISBOA

A coalizão Aliança Democrática, de centro-direita, venceu ontem as eleições parlamentares de Portugal, disputadas voto a voto com a esquerda. Com 99% das urnas apuradas, a coalizão conquistou 79 assentos contra 77 do Partido Socialista (PS) e vai precisar negociar com o Parlamento para ter maioria e formar o governo. Em terceiro lugar ficou o Chega!, partido de extrema direita que confirmou seu avanço no país.

Mesmo com 1% das urnas a serem apuradas e quatro cadeiras indefinidas, a vitória da Aliança Democrática foi reivindicada pelo seu líder, Luís Montenegro, do Partido Social Democrata (PSD), e reconhecida pelo socialista Pedro Nuno Santos. “Vai haver um novo primeiro-ministro, com um novo governo e com novas políticas”, disse o líder de centro-direita.

Agora, Montenegro tem o desafio de negociar com os partidos eleitos para obter pelo menos 116 dos 230 assentos parlamentares. Durante a campanha eleitoral, ele declarou diversas vezes que não iria fazer

alianças com a extrema direita para formar o governo e reiterou o compromisso após a vitória. “Naturalmente cumprirei a minha palavra”, disse ao ser questionado sobre o tema.

CRESCIMENTO. Apesar da recusa, o apoio do Chega! pode ser crucial para formar a maioria. O partido aumentou de forma expressiva a sua bancada, de 12 deputados atuais para 48, mais do que o suficiente para formar a maioria caso haja a aliança. E o líder da legenda, André Ventura, já externou que está

Crescimento Chega!, de extrema direita, amplia bancada de atuais 12 deputados para 48

disposto a fazer parte do governo. “Os portugueses disseram claramente que querem um governo de dois partidos: do Chega! e da AD”, disse.

Ciente do seu avanço, o político afirmou ainda que os resultados indicaram o fim do bipartidarismo entre o PSD e o PS. Os dois grupos têm se alternado no poder de Portugal há décadas.



TIAGO PETINGA/EFE

Líder da Aliança Democrática, Luís Montenegro vai precisar negociar com partidos para governar

DISPUTA EQUILIBRADA. Com a menor abstenção desde 1995, a eleição foi acirrada até o fim. Apesar das primeiras pesquisas de boca de urna terem indicado a vitória da Aliança Democrática, o Partido Socialista manteve a expectativa de vencer o pleito até o fim da noite, quando Pedro Nuno Santos reconheceu a derrota. “Seremos oposição”, disse.

Luís Montenegro afirmou esperar que os socialistas “respeitem a vontade do povo” e permitam a formação do governo da Aliança Democrática. “O que se pede ao PS não é que adira às nossas propostas, é que se respeite a vontade do povo”, disse.

ELEIÇÃO ANTECIPADA. Prevista para acontecer apenas em

2026, a eleição foi antecipada por causa da renúncia do premiê socialista António Costa, após ter o nome citado em uma investigação de corrupção em negócios do setor energético. A saída surpreendeu os próprios partidos, uma vez que o PS tinha 120 das 230 cadeiras parlamentares, mais do que o suficiente para conseguir governar. ●

estadaodigital#wsmuniz30@gmail.com

NOTAS E INFORMAÇÕES

Hora de atuar no Haiti



A violência extrema e o caos político exigem resposta da comunidade internacional

O Haiti vive sob estado de emergência e toque de recolher desde a noite de 3 de março. Não se trata de situação inédita na trajetória dos cidadãos de um país historicamente assolado pela violência

sem limites de facções criminosas e pela debilidade de suas instituições. Desta vez, no entanto, a decretação da emergência logo após os ataques de gangues a duas prisões, que provocaram 15 mortes e a fuga de 4.000 presidiários, indica que o país caribenho degingolou para um quadro mais grave e preocupante. O caos na segurança pública e a instabilidade política ultrapassaram a capacidade de resposta de um Estado reconhecidamente frágil.

Parte da atual crise no Haiti pode ser atribuída à inabilidade da classe política em construir um Estado de Direito Democrático minimamente sólido depois da derrocada da ditadura dos Duvaliers, em 1986. Em especial, para lidar com os desafios da nação mais miserável e instável do Hemisfério Ocidental – da proliferação de gangues à falta de projeto econômico, passando pela precariedade dos serviços públicos de educação e saúde. Em 2024, tudo está por ser feito no país.

No entanto, também é notório o fato de a assistência financeira e a cooperação internacional terem permanecido aquém das necessidades do Haiti. Além de suas históricas mazelas, o país ainda hoje convive com os efeitos do terremoto de 2010, do furacão de 2016 e das epidemias de cólera e de covid-19. Mas apenas uma pequena parcela da ajuda internacional de US\$ 187 milhões, prometida em 2021, chegou ao país. Nos últimos anos, a negligência de potências globais e regionais prevalecia enquanto as institui-

ções haitianas se esfacelavam. Basta recordar que o pedido de uma nova missão de estabilização das Nações Unidas apresentado pelo presidente Ariel Henry em 2021 foi parcialmente aprovado apenas em outubro de 2023. O Conselho de Segurança autorizou uma força policial sob o comando do Quênia – ainda por ser embarcada.

Enquanto as gangues se mantiverem ativas, o Haiti não passará de uma terra arrasada, em que 22% do Produto Interno Bruto (PIB) vem de remessas de emigrantes haitianos – a rigor, autoexilados da violência e da falta de perspectivas. No campo institucional não é diferente. A insegurança provocou sucessivas crises políticas nos últimos anos e tornou inviável a eleição presidencial de 2023 e a posse do sucessor de Ariel Henry em fevereiro passado. A legitimidade de Henry, que acumula as funções de chefe de Estado e de governo desde o assassinato do presidente Jovenel Moïse, em 2021, é questionada. O risco de ser derrubado não é pequeno.

O cenário do Haiti chegou a um limite – não comporta mais a negligência da comunidade internacional. Tratar o caos do país como insolúvel e deixá-lo à mercê das gangues, da instabilidade política, da miséria e dos eventos climáticos extremos a que está sujeito é o mesmo que condenar deliberadamente à desgraça infinita mais de 11,4 milhões de pessoas. Essa não é uma resposta aceitável sob os pontos de vista moral e humanitário. ●